



UM OLHAR SOBRE AS PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS NA ÁREA DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

A LOOK AT SCIENTIFIC PUBLICATIONS IN THE AREA OF UNIVERSITY EXTENSION

**Simone da Rosa Messina Gomez¹, Universidade Federal de Santa Maria,
simessina@gmail.com**

RESUMO

A extensão universitária implica a função social da universidade a qual estende seus conhecimentos produzidos à comunidade. O artigo tem por objetivo apresentar um mapeamento da produção científica sobre o tema “Extensão Universitária” no período de 2012 à 2016 com foco nos seguintes subtemas: concepções, gestão e políticas públicas de extensão universitária. A pesquisa foi fundamentada a partir dos documentos oficiais das políticas de extensão universitária, bem como por autores das áreas de gestão educacional e extensão universitária. A abordagem da pesquisa é quanti-qualitativa conforme denomina Flick (2009), através da pesquisa exploratória - estado da arte - embasada em Morosini e Fernandes (2014) e análise de conteúdo, em Minayo (2007). Os dados foram levantados no banco de teses de dissertações IBICT, GT 11 da ANPED, Revista Gestão Universitária na América Latina e periódicos CAPES. Foram encontrados um total de 85 produções sendo destas 24 teses/dissertações e 61 artigos durante o período delimitado (2012-2016). Como resultado, dos 85 artigos encontrados, apenas 18 trabalhos tratavam dos subtemas: políticas públicas (38,9%), concepções (33,3%) e gestão da extensão universitária (27,8%). Os resultados mostraram que o tema Extensão Universitária tem sido pouco explorado nas produções científicas no referido período (2012-2016) e que essas vem diminuindo com o passar dos anos.

Palavras-chave: gestão universitária, extensão universitária, políticas de extensão.

ABSTRACT

The university extension implies the social function of the university which extends its knowledge produced to the community. The article aims to present a mapping of the scientific production on the theme "University Extension" in the period from 2012 to 2016 focused on the following subtopics: conceptions, management and public policies of university extension. The research was based on official documents of university extension policies, as well as authors from the areas of educational management and university extension. The research approach is quantitative-qualitative, as Flick (2009) calls it, through the exploratory research - state of the art - based on Morosini and Fernandes (2014) and content analysis, in Minayo

¹ Técnica em assuntos educacionais CAL/UFSM. Mestranda em Políticas públicas e gestão da educação básica e superior.



(2007). The data were collected in the dissertation thesis database IBICT, GT 11 by ANPED, University Management Journal in Latin America and CAPES journals. A total of 85 productions were found and of these 24 theses / dissertations and 61 articles during the delimited period (2012-2016). As a result, of the 85 articles found, only 18 papers dealt with the subtopics: public policies (38.9%), conceptions (33.3%) and university extension management (27.8%). The results showed that the topic of University Extension has been little explored in scientific productions in the period (2012-2016) and that these have been decreasing over the years.

Keywords: *university management, university extension, extension policies*



1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho foi desenvolvido no âmbito do Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão Educacional (UFSM) e tem o objetivo de apresentar um mapeamento da produção científica relacionada à extensão universitária com foco nos seguintes subtemas: concepções de extensão universitária, gestão da extensão universitária e políticas públicas de extensão universitária. Esse é o tema geral da dissertação de mestrado da autora deste artigo.

A extensão universitária implica a função social da Universidade, estendendo à comunidade o conhecimento científico para o alcance de todos. As práticas de extensão universitária funcionam na Universidade mediante políticas públicas que promovem a viabilização de programas, projetos, prestação de serviços para a comunidade, entre outros.

Isso tudo vem ao encontro do tema do V Seminário internacional de políticas públicas da educação básica e superior: “Educação para a cidadania global: políticas e práticas”, no sentido de que a extensão universitária auxilia na promoção dessa cidadania, ao levar o conhecimento produzido na academia para a comunidade.

De acordo com o I Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão (1980), “A Extensão é uma via de mão dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico”.

Assim, as instituições de ensino superior, especialmente as universidades públicas, têm um compromisso com a sociedade brasileira, que a mantém através do pagamento de tributos, de buscar caminhos para contribuir com a transformação social e para o enfrentamento dos problemas que levam à exclusão social.

O problema de pesquisa busca responder quais são as produções científicas sobre extensão universitária, no Brasil, nos últimos cinco anos e quais destas estão focadas em concepções, gestão e política públicas de extensão universitária.



2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

As instituições de ensino superior (IES) desempenham um importante papel na sociedade, formando profissionais, gerando e aplicando o conhecimento na prática junto à comunidade interna e externa. Esse processo acontece graças à gestão universitária que busca conduzir as IES ao cumprimento de suas finalidades.

A gestão universitária, no sentido administrativo, pode ser definida como a coordenação dos recursos humanos, físicos e financeiros de uma instituição para o cumprimento da sua missão. (SILVA FILHO, 2001).

O conceito subjacente de gestão envolve instituições onde a educação tem lugar e seu (s) objetivo(s), compreendem pressuposições sobre a pesquisa/ensino/extensão e princípios de organização (Franco, 2007).

Contudo, é necessário que as unidades universitárias realizem a gestão universitária no seu sentido mais amplo, visando não apenas à administração, mas também às dimensões político-pedagógicas do processo educativo.

A gestão educacional é uma expressão que ganhou evidência na literatura e aceitação no contexto educacional, sobretudo a partir de década de 1990, e vem se constituindo em um conceito comum no discurso de orientação das ações de sistemas de ensino e de escolas.

[...] O conceito de gestão resulta de um novo entendimento a respeito da condução dos destinos das organizações, que leva em consideração o todo em relação com as partes e destas entre si, de modo a promover maior efetividade do conjunto (Luck, 2007, p. 33-34).

A gestão educacional tem pelo menos três dimensões a serem consideradas: a dimensão política caracterizada pela participação de toda comunidade envolvida na construção dos processos de decisão; a dimensão pedagógica referente a organização do ensino: planejamento, currículo e avaliação; e a dimensão administrativa que promove as condições para que o ensino aconteça: a logística de infraestrutura, dos recursos humanos e dos recursos financeiros.

Conforme Luck (2006) a gestão é caracterizada pelo reconhecimento da importância da participação consciente e esclarecida das pessoas nas decisões sobre a orientação e planejamento de seu trabalho. Assim, a gestão educacional surge em substituição à gestão administrativa educacional para apresentar não apenas novas ideias, mas sim um novo paradigma, que busca estabelecer na instituição uma orientação transformadora, a partir da



dinamização de rede de relações que ocorrem, dialeticamente no seu contexto externo e interno.

De acordo com Pazeto (2000, p. 164):

A gestão da educação tem caráter institucional, porém sua ênfase está centrada na intervenção em realidades específicas, através de programas, condições, e resultados, nos quais o gestor centra sua atenção, tendo presentes a missão, funções e especificidade da instituição e de curso. (Pazeto, 2000, p. 164).

Por isso o conceito de gestão educacional deve ser entendido como algo mais amplo do que a implantação de ações de planejamento estratégico, ou qualquer outra forma tradicional de gestão. Por tratar-se de um tipo de organização complexa, as IES exigem um alto nível de especialização funcional, o que configura um processo permanente de tomada de decisões, especialmente políticas.

Os conceitos sobre extensão universitária serão abordados na análise qualitativa deste trabalho, conforme autores citados nas produções científicas pesquisadas.

3 METODOLOGIA

A Abordagem da pesquisa é quanti-qualitativa. Conforme Flick (2009) os resultados da associação de métodos qualitativos e quantitativos são úteis na medida em que o interesse em combiná-los seja aprofundar o conhecimento do tema da pesquisa já que esses se complementam.

A pesquisa pode ser considerada como exploratória do tipo “estado da arte”. Esses estudos podem significar uma contribuição importante na constituição do campo teórico de uma área, apontar as restrições sobre o campo, identificar experiências inovadoras. Servem também para compreender como se dá a produção do conhecimento em uma determinada área de conhecimento em teses de doutorado, dissertações de mestrado, artigos de periódicos e publicações. Os estudos de estado arte não se restringem a identificar a produção, mas analisá-la, categorizá-la e revelar os múltiplos enfoques e perspectivas (ROMANOWSKI; ENS, 2006). Ainda sobre o estado da arte:

No que diz respeito à fase exploratória, sua contribuição é ímpar porque nos dá uma visão do que já foi/está sendo produzido em relação ao objeto de estudo que selecionamos como tema de pesquisa; disso decorre que é possível construir uma avaliação do grau de relevância e da pertinência do tema inicialmente selecionado situando-o em um campo de produção de conhecimento (Morosini & Fernandes, 2014, p. 161).



O mapeamento dos dados foi realizado nas seguintes fontes digitais: Biblioteca de dissertações e teses IBICT (Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia); artigos do GT 11: Políticas públicas e educação superior da ANPED (Associação Nacional de Pós-Graduação e pesquisa), artigos da Revista Gestão Universitária na América Latina, e periódicos da CAPES no período de 2012 à 2016.

O IBICT é um instituto consolidado como referência no Brasil e no exterior. Esse banco de dados foi escolhido para essa pesquisa devido à sua importância científica bem como pela facilidade dos seus meios de busca no site.

A ANPED é uma entidade sem fins lucrativos que congrega programas de pós-graduação stricto sensu em educação, professores e estudantes vinculados a estes programas e demais pesquisadores da área. A escolha por esses trabalhos é pela relevância desta associação no meio científico na área da educação. Dos grupos de trabalhos existentes é pertinente à esta pesquisa o GT11: Política de educação superior, nos eventos nacionais.

A Revista Gestão Universitária na América Latina - GUAL, é um periódico que possui como foco estimular a pesquisa e o debate sobre questões emblemáticas que atingem a Gestão Universitária e a Educação Superior na América Latina. A referida revista foi escolhida, especialmente porque acredita-se que essa deveria contemplar a extensão universitária em seus periódicos.

O Portal de Periódicos, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) foi escolhido por sua relevância científica bem como pela amplitude de periódicos dentro do tema proposto por este artigo.

Para o tratamento dos dados pretende-se utilizar a técnica de análise de conteúdo. Bardin (1977) configura a análise de conteúdo como um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens. Segundo Oliveira (2008) a análise de conteúdo possui diferentes técnicas que podem ser abordadas pelos pesquisadores. Para este trabalho a técnica de análise de conteúdo escolhida foi a análise temática ou categorial.

Operacionalmente, a Análise Temática de Conteúdo, segundo Minayo (2007), desdobra-se nas etapas pré-análise, exploração do material ou codificação e tratamento dos resultados obtidos e interpretação:

1. Pré- análise: Nos bancos de dados foram procurados títulos de produções científicas com o termo “extensão universitária” no título, dos quais totalizaram 85 trabalhos

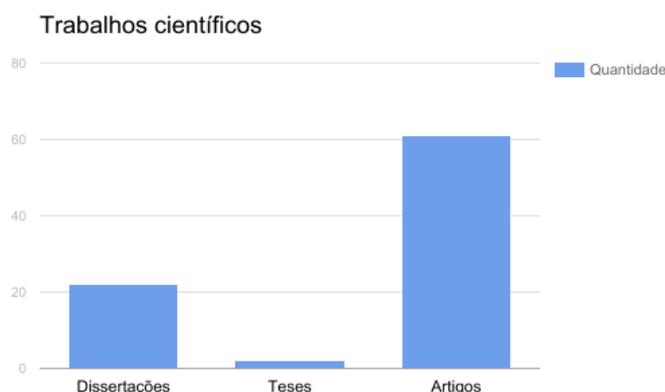
dentre dissertações, teses e artigos. Todos os trabalhos tiveram suas principais informações transcritas do resumo do trabalho para uma tabela: título, autor, ano, objetivo, metodologia e resultado. A partir disso, foram elaborados alguns gráficos sobre o panorama geral dos trabalhos científicos encontrados nos bancos de dados pesquisados.

2. Exploração do material: No segundo momento, filtrou-se para análise, os trabalhos mais pertinentes conforme os descritores: “concepções de extensão universitária”, “gestão universitária” e “políticas de extensão universitária”. Assim, foram selecionados 18 dos 85 trabalhos científicos: 1 tese de doutorado, 12 dissertações de mestrado e 5 artigos científicos.
3. Tratamento dos dados e interpretação: Análise quantitativa e Análise qualitativa.

3.1 Análise quantitativa

A partir do mapeamento foram contabilizados 85 trabalhos científicos: 2 teses de doutorado, 22 dissertações de mestrado e 61 artigos científicos. Os primeiros três gráficos vão mostrar um panorama geral de todos os trabalhos científicos levantados nas bases de dados.

Gráfico 1- Trabalhos científicos pesquisados (tipo x quantidade)

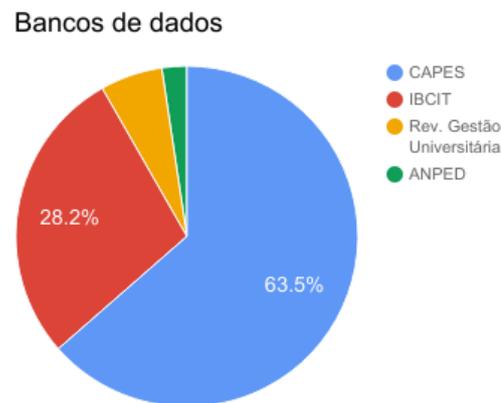


Fonte: autora

O gráfico n. 1 aponta que o tipo de produção em maior quantidade foram os artigos (61), seguidos das dissertações (22) e em última colocação as teses de doutorado (2). Como produção científica, fica explícito que a extensão universitária é pouco explorada no Brasil,

contrastando com o princípio da indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão na Universidade. O número de artigos é maior, provavelmente, porque a extensão universitária é vista apenas como prática específica pertencente à projetos isolados.

Gráfico 2 - Percentagens de trabalhos científicos encontrados em cada banco de dados.

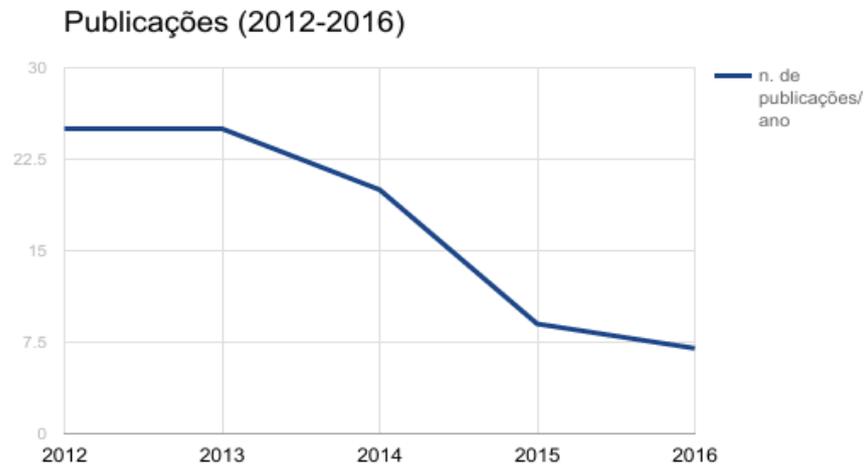


Fonte: autora

No segundo gráfico, as percentagens mais significativas de trabalhos com o tema Extensão Universitária foram encontradas nos periódicos CAPES e no Banco de dissertações e teses IBCIT. No IBCIT foram levantados apenas 2 teses de doutorado e 22 dissertações de mestrado, o que evidencia que há pouca profundidade e originalidade sobre o tema. Já os artigos científicos são bastante variados, em sua maioria, tratando de projetos de extensão bastante específicos.

Mais surpreendentes são os dados que se referem às publicações na Revista de Gestão Universitária na América Latina (5 artigos) e no GT 11 da Anped (2 artigos). Considerando o princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, o tema em discussão deveria ser mais explorado nessas publicações as quais, supostamente, deveriam contemplar a extensão universitária.

Gráfico 3- número de publicações/ano (2012-2016)



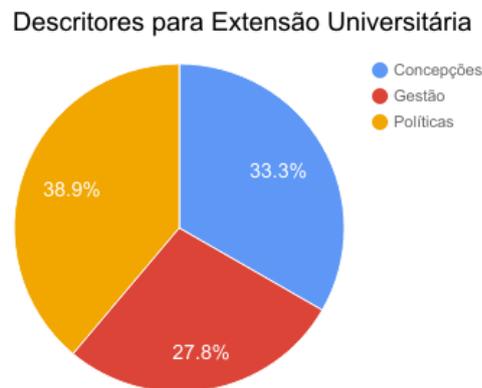
Fonte: autora

No terceiro gráfico, observa-se que as publicações sobre Extensão Universitária vêm decrescendo nos últimos cinco anos, o que denuncia que o referido tema não é uma prioridade no meio acadêmico e que, possivelmente, as políticas públicas de extensão universitária sejam insuficientes para o incentivo desta ou ainda há a possibilidade de que esse tema fique limitado ao campo prático, não sendo tão explorado em termos de pesquisa.

3.2 Análise Qualitativa

Nos 18 trabalhos analisados em seu conteúdo verificou-se que a maior incidência de produções científicas se refere, em especial, às concepções de extensão universitária e, subsequentemente, aparece o tema de políticas públicas de extensão universitária, e em terceiro lugar, a gestão da extensão universitária.

Gráfico 4- Demonstrativo das percentagens dos descritores contabilizados no conjunto dos 18 trabalhos que foram analisados



Em relação às concepções de extensão universitária, a definição do referido termo foi elaborada em 1980 no I Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão (1980) e respaldada pelos autores mais citados nos trabalhos analisados: Freire (1983), Saviani (1985), Sousa (2000), Nogueira (2001) e Santos (2004).

A Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade. A Extensão é uma via de mão dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. (I Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão, 1980).

Essa conceituação supera a ideia da extensão como mero assistencialismo, transmissão de conhecimento ou como atividade complementar dissociada da pesquisa e do ensino. Assim, Lima Filho (2014), ancorado em Freire (1983), problematiza, também, o termo “extensão” em seu significado ideológico discutindo a ação de *estender* seria transmitir algo pronto ou se seria uma relação dialógica ou ainda, se corre o risco de trabalhar com uma interpretação ingênua da realidade.

Para Saviani (1985) cabe à universidade socializar seus conhecimentos, difundindo-os à comunidade e se convertendo, assim, numa força viva capaz elevar o nível cultural geral da sociedade. (SAVIANI 1985, p. 48)

Para o referido autor, a extensão universitária não deve ser compreendida como uma prática assistencialista ou mesmo como uma espécie de caridade, mas como uma



contrapartida daqueles que tiveram oportunidades viabilizadas a partir do acesso ao ensino superior àqueles que de alguma forma não o tiveram.

Souza (2013) aponta em seu estudo reconhece que existem diferentes conceitos de extensão universitária no Brasil que foram sendo elaborados, na maioria das vezes, para dar uma satisfação sobre as atividades realizadas de maneira com a comunidade. Portanto, para a autora, o conceito de extensão é algo que vem sendo construído e reconstruído, de forma permanente, para atender às demandas apresentadas. Ainda, sinaliza conforme Sousa (2000, p. 7), que “[...] a extensão universitária apresenta-se como um conceito em construção permanente. A cada momento, os fatos e as práticas indicam necessidades de novos rumos e exigem avanços para uma definição consistente”.

Oliveira & Chiesa (2016) abordam a concepção de extensão universitária proposta por Santos (2004 p. 53-54), a qual consideram que valoriza a extensão universitária:

A área de extensão vai ter no futuro próximo um significado muito especial. No momento em que o capitalismo global pretende funcionalizar a Universidade e, de fato, transformá-la numa vasta agência de extensão ao seu serviço, a reforma da Universidade deve conferir uma nova centralidade às atividades de extensão (com implicações no currículo e nas carreiras dos docentes) e concebê-las de modo alternativo ao capitalismo global, atribuindo às Universidades uma participação ativa na construção da coesão social, no aprofundamento da democracia, na luta contra a exclusão social e a degradação ambiental, na defesa da diversidade cultural”.

Ao se tratar de políticas públicas de extensão universitária, os documentos mais citados nos trabalhos analisados foram a Constituição federal 1988, LDB 1996, Plano Nacional de extensão e Política Nacional de extensão e os documentos produzidos nos eventos FORPROEX².

O artigo 207 da Constituição Brasileira de 1988 dispõe que: “As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial e obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.” e é complementado pela Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional, no artigo 46, inciso VII, ao enfatizar que uma das finalidades da educação superior é: “promover a extensão, aberta à participação da população, visando a difusão das conquistas e dos benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.”

²FORPROEX é O Fórum de Pró-reitores de Extensão trata da articulação e definição de políticas extensionistas unificadas entre as universidades públicas brasileiras. O objetivo é propor políticas e diretrizes básicas que permitam a institucionalização e o fortalecimento de ações comuns das Pró-Reitorias de Extensão das Instituições Públicas de Ensino Superior do Brasil.



Em 2003, a Secretaria de Educação Superior (SESu) do MEC, implementou o ProExt³ com o objetivo geral de “...apoiar as universidades públicas federais para desenvolvimento de programas/projetos de extensão que contribuam à implementação e impacto de políticas”, potencializando e ampliando patamares de qualidade desses projetos, pela ação típica da natureza e missão da universidade pública, dirigindo recursos para atividades específicas dos programas e projetos e, em menor escala, para dotar as Instituições Federais de Ensino Superior Públicas de melhores condições de gestão de suas atividades acadêmicas de extensão para os fins prioritários enunciados.

A realização do FORPROEX foi fundamental para a reivindicação de políticas públicas de extensão universitária. O Plano Nacional de Extensão (PNEX) tem como foco metas para buscar suprir, através das ações de extensão, as necessidades sociais mais emergentes do país. O ProExt é a política de financiamento para a extensão universitária. Para Diniz (2012) as diretrizes elaboradas pelo FORPROEX e a política de financiamento do ProExt/MEC contribuem no desenvolvimento de extensão universitária como instrumento de política pública de caráter formativo e experimental.

No tocante à gestão universitária relacionada à extensão, os trabalhos de Souza (2013), Rodrigues (2014) e Teixeira (2014) apontam que a institucionalização da extensão ainda não está consolidada nas instituições de ensino superior brasileiras. Esse processo requer consonância com normas, critérios e referenciais teóricas, de suas finalidades e sua gestão pautada pelas políticas nacionais de extensão.

Nogueira (2001 p. 68) afirma que “ao considerar a extensão como processo que articula o ensino e pesquisa significa cobrar sua presença na rotina universitária, implicando em sua institucionalização”.

Grivot (2012) afirma a extensão universitária, nesse contexto de contínuas mudanças, apresenta-se de modo paradoxal, pois ao mesmo tempo em que seria uma resposta às demandas da sociedade, ainda vem sendo pouco reconhecida como espaço acadêmico de participação e cidadania.

No entanto, constatou-se, também que a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão não ocorre nas universidades segundo os trabalhos de Santos (2004) e Lima Filho (2014). Assim, a extensão ainda se expressa, em sua maioria, em projetos isolados, conforme números retratados no panorama geral deste artigo.

³Programa de apoio à extensão universitária - para financiamento das ações de extensão.



4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados da pesquisa mostram que as concepções e práticas de extensão universitária são plurais e complexas. Nesse sentido, há uma diversidade de saberes em extensão universitária, desenvolvidos com práticas acadêmicas que transitam entre o reconhecimento do outro, as experiências alternativas e a construção de novos conhecimentos.

As diretrizes elaboradas pelo FORPROEX e a política de financiamento do PROEXT/MEC são instrumentos de política pública, porém ainda pouco atrativos no meio acadêmico. A relação Ensino, Pesquisa e Extensão que conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e o Plano Nacional de Extensão servem para conferir qualidade ao ensino de uma IES, porém na prática, a extensão continua sendo tratada de forma isolada.

No atual contexto político, econômico e social é necessário pensar como a extensão pode contribuir mais diretamente na solução dos problemas sociais expressos nos diálogos com a comunidade e com o governo. Agora, mais do que nunca, a extensão universitária é muito importante e deve estar na pauta dos investimentos em educação por parte do governo.

Assim, o grande desafio para as universidades é a consolidação da institucionalização da extensão universitária, e para o governo, o fortalecimento das políticas públicas de extensão.

REFERÊNCIAS

ANPED, Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em educação. em: <<http://www.anped.org.br/>>acesso em abril de 2017

BARDIN L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70; 1979.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 18 ed. São Paulo: Saraiva, 1998.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n. 9394 de 20 de dez.1996.

CAPES, periódicos em: <<http://www.periodicos.capes.gov.br/>>. Acesso em abril de 2017.

CABRAL, Nara Grivot. **Saberes em extensão universitária**: contradições, tensões, desafios e desassossegos. Tese de doutorado, UFGRS, 2012.

DINIZ, Flávio Pereira. **A extensão universitária como política pública**. 2012. 142 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2012



FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Tradução Joice EliasCosta. 3.ed. Porto Alegre: Artemed, 2009.

FRANCO . M E D. P. **Qualidade na Gestão Universitária**.In: Rethinking Inequalities”. XXVIII International Congress LASA 2009. R Janeiro, Brasil, 11 - 14 June 2009.

FREIRE,P.**Extensão ou comunicação?** 7. ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1983.

GUAL, Revista de Gestão Universitária na América Latina. Em <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/gual>> Acesso: abril/2017

GRIVOT, N. **Saberes em Extensão Universitária**: Contradições, tensões, desafios e desassossegos. Tese de doutorado. UFRGS, 2012.

IBCIT, BDTD em <<http://bdttd.ibict.br/vufind/>>

LIMA FILHO, Humberto Correia. **Análise da adequação das Instituições de Ensino Superior localizadas na região metropolitana de Fortaleza ao plano nacional de extensão universitária** - 2011/2020. 2014. 199f. – Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior, Fortaleza (CE), 2014.

LUCK, H. **Gestão Escolar e formação de gestores**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. Brasília: O Instituto, 2000.

_____ **Gestão Educacional**: Uma Questão Paradigmática. Petrópolis, RJ, Cadernos de gestão, Vozes 2007.

PAZETO, A. E. **Participação**: exigência para a qualificação do gestor e processo permanente de atualização. Em Aberto. v. 17, nº 72, p.163-166, Fevereiro/ Junho. 2000.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, **ProExt - Apresentação**. em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12241&ativo=488&Itemid=48> Acesso em 20 de abril de 2017.

MOROSINI, M. C.; FERNANDES, C. M. B. . **Estado do Conhecimento**: conceitos, finalidades e interlocuções. Educação Por Escrito, v. 5, p. 154-164, 2014.

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel. **Extensão Universitária no Brasil**: uma Revisão Conceitual. In. FARIA, Doris Santos de (org). Construção Conceitual da Extensão na America Latina.Brasília. Editora UNB. 2001

OLIVEIRA, Dalila Andrade (Org). **Política e gestão da educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

OLIVEIRA, A.A.P, CHIESA, A.M. **Boaventura de Sousa Santos e suas contribuições para a extensão universitária no século XXI**. Revista GUAL, v.13, p. 03-15, Florianópolis, 2016.



RODRIGUES, V. M. **O programa de extensão universitária Proext** no contexto das políticas educacionais no período de 2003 a 2012 : uma análise a partir da experiência da Universidade Federal de Uberlândia. Dissertação de mestrado, UMESP, 2014.

ROMANOWSKI, Joana Paulin; ENS, Romilda Teodora. **As pesquisas denominadas do tipo “estado da arte” em educação**

SANTOS, B. **A Universidade no século XXI**. São Paulo: Cortez Editora, 2004.

SANTOS, Glauber de Almeida Freitas. **As instituições de ensino superior da cidade de Guarujá-SP**. 2014. 84 f. Dissertação (Mestrado em Gestão de organizações) - Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2014.

SAVIANI, Dermeval. **Ensino Público e algumas falas sobre a Universidade**. São Paulo. Cortez, 1985.

SILVA FILHO, R. L. L. **Gestão Universitária e seus desafios**. Lobo & Associados Consultoria. Mogi das Cruzes - SP 1998. Disponível em: <www.institutolobo.org.br/imagens/pdf/artigos/art_008.pdf> Acesso em: 23/05/2016.

SINAES – **Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior**: da concepção à regulamentação 2. Ed., ampl. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2004.

SOUSA, A., L., L. **Concepções de extensão universitária**: Ainda precisamos falar sobre isso? In: Construção conceitual de extensão universitária na América Latina, UNB, 2001.

SOUZA, L.A.P. **Extensão Universitária**: Institucionalidade e compromisso social. Dissertação de Mestrado, PUC-Goiás, 2013.

TEIXEIRA, C. F. **A Gestão dos processos da Extensão Universitária em uma IES Pública**. Dissertação de mestrado, UFSM, 2014.